

A grande renegociata

25 NOV 1984

GERALDO FORBES

Podem apontar-se vários vilões, culpados pelo desastroso estado de nossa economia. Além dos óbvios, isto é, todos os últimos e, sobretudo, os atuais ministros encarregados do setor, há determinados fatores, que embora criados não pelos fados, mas, é certo, pelos seres humanos antes indiciados, ganharam uma dinâmica própria e extremamente perniciosas.

Penso que o maior foco do problema é a muito discutida e pouco compreendida questão da dívida estrangeira.

Pois bem, foi em nome da manutenção do fluxo de fundos externos que se elevaram os juros internos, criando-se inflação e arruinando-se empresas e pessoas. E foi para empurrar o rolo para frente que se estimulou a tomada desreolada de empréstimos pelos Estados e companhias estatais, levando-os a ponto semifalimentar onde tantos se encontram. E também foi, por isso que se aumentou geometricamente a dívida interna.

Foi ainda para tentar arrumar essa mixórdia que aceitaram as normas do FMI e instauraram a recessão, o desemprego e a angústia. E é para atender ao reclamo dos credores que exportamos tudo o que podemos, inclusive alimentos, muitas vezes faltantes para grande número de nossos concidadãos. As comidas e as mercadorias exportadas viram dinheiro, dólares, que viram nada, sugados pelo buraco negro dos juros.

A regência monetarista do FMI trouxe um seqüito de redução de salários e diminuição de consumo e aumento de recessão e crescimento de desemprego e roda e volta, que acabou quebrando, ajudado, por outros assaltantes impunes, o sistema do BNH. Na crise generalizada cambaleou também o próprio INPS. A inflação disparou, fugiu de qualquer controle, e devaloriza-se a moeda quase todos os dias para exportar, exportar a qualquer custo, por só importar, para nosso governo atender os interesses dos banqueiros.

Parece claro ser preciso interromper o círculo infernal, atacando-se essa diaba.

Propor o calote é mera infantilidade que não se pode sequer debater. Prorrogar e rolar o pagamento das prestações só adia o problema. Que cresce. A única verdadeira solução passa pela diminuição de custos para adequá-los às nossas possibilidades e à realidade dos fatos.

Pergunta-se: será possível ou razoável reduzir os juros? A resposta é afirmativa. Ou não há um "estado de necessidade"? Donde, legítima defesa.

Também, quando se criou o sistema de taxas flutuantes, pensava-se que a base era imune a influências nacionais e, como sucedia há décadas, que ela oscilaria entre 2 e 6%. Ora, a política do Tesouro americano alterou todo o quadro e levou os juros às marcas jamais imaginadas de 20%.

O resultado equívaleu a uma verdadeira taxação, enorme e inesperada, lançada indiscriminadamente pelos EUA e transferida aos países endividados pelos bancos, coletores desse imposto ilegal, já que sem correspondência de representação parlamentar. "No taxation without representation" — foi a pedra angular do movimento de independência norte-americana em 1776.

Não tendo deputados no Congresso em Washington, não somos obrigados a pagar juros enlouquecidos que flutuam sim, mas ao sabor dos ditames do Banco Central dos EUA. O argumento não será levado ao extremo de se recalcularem contas para recobrar o muito que já pagamos por isto. Temos, entretanto, de passar a dividir os ônus da crise financeira internacional, a rigor manejada unilateralmente pelas ações das autoridades americanas. É moral e legal reduzir os juros, mesmo que, evidentemente, contra a opinião dos credores. Ilegal e imoral, não fazê-lo. Aos credores deve interessar, porém, receber o principal e o pouco mais que puderem, sem brigas potencialmente danosas. Espera-se que compreendam, vistos os fatos, ter de fazer concessões. Verdadeiras.

Desde que abrimos concordata, faz dois anos, jamais barganhamos, e eles só nos deram uma redução, quase esmola, de 0,50%. Continuaram nesse entretempo a receber religiosamente seu (nosso) dinheiro, que lhes dá lucros de até 10%, depois de tudo, sobre os valores emprestados.

Nessa nova rodada, o governo Figueiredo alardeta, como grandes conquistas, a extensão de prazos e o fato de cobrir o acerto seis anos, por curiosa coincidência o tempo previsto do futuro mandato presidencial. Quanto aos juros, estes continuarão correndo a mais de 1,25% acima das taxas bases, assegurando margens de 1,5 a 9% para os banqueiros. Isso garantido por seis anos sem que o futuro governo Tancredo Neves, gerado pelas multidões das diretas-já, aceite e praticamente eleito pela imensa maioria do povo brasileiro, possa mexer uma palha.

Nossos bons economistas — há uns poucos — concordam que o nível médio da dívida externa, no período 1985/2000 será pelo menos de 200 bilhões de dólares. Se reduzíssemos 1%, um mísero 1% nos juros, economizaríamos 2 bilhões de dólares ao ano, e em 15 anos, 30 bilhões de dólares.

Com esse dinheiro a gente poderia construir mais três Itaipus, ou cem estradas Cutabá—Porto Velho. Talvez preferíssemos edificar 600 mil escolas. Quem sabe seria melhor fazer três milhões de casas? Bem, de qualquer forma, poderíamos comprar 15 bilhões de quilos de arroz, e ainda 15 bilhões de quilos de feijão, cem quilos de arroz e cem de feijão para cada brasileiro. Já quebra um galho.

Sei que, vindo do atual governo, nada de ruim nos surpreende. Mas o arregio,

que está em via de ser fecundado, ultrapassa o limite da tolerância.

O trio econômico engana o País com a falácia do prazo mais longo. Ora, isto já foi concedido faz tempo e de graça, pelas simples circunstâncias. A dívida rolará e rolará por anos e décadas a vir. Não há outro jeito, logo não há mérito nem novidade.

Proclamam que a migalha da nova redução — ridículo 0,50% — já é muito boa. Isto quando os papéis brasileiros se negociam todos os dias, com 25% de desconto nos mercados internacionais. Burrice, loucura ou traição?

O secretário Shultz acha que a questão deve ser debatida entre os bancos e o Brasil. Quem parli Mateus que o embale, diz ele. Muito justo. Igualmente correto é comunicar: — Mateus, primeiro os meus, depois os teus...

Por que razão não percebe nosso governo que seu papel não é proteger os dividendos do Bank of America e sim, antes, prover alimentos aos habitantes do Brasil?

São cegos? Que deixem a negociação para depois de março. Teremos então mais catza e um novo governo, mais popular, e espera-se, mais honesto. Teremos mais força. Por que a pressa? A quem aproveita? Óbvio que só aos bancos estrangeiros.

O general Figueiredo, já sabemos, à parte as promessas de democracia, oscila entre o nada e a coisa alguma e não pode ser chateado com bobagens. Quase Inês de Castro, deixa tudo para o Delfim. E nem deve imaginar o que se passa.

Surpreendente e chocante, porém, é o silêncio, tácito endosso, do dr. Tancredo Neves e seus assessores a tão desgraçada manobra.

Pior, diz-se e não se desmente, que o futuro mandatário se comprometeu a respeitar o que a presente administração acertar agora. Será possível? Carta branca, às cegas? E para eles?

Por que abrir mão da tarefa difícil sim, mas crucial? Hipotecar nosso futuro em um acordo apressado e suspeito? Concluído, além disso, pelo sistema delitiquesciente, que morre, e a que falece legitimidade para tratar do porvir? Será este o preço da posse?

Não senhores, nada feito. Buscamos a liberdade, lutamos pela autonomia interna. Nunca a trocamos pela dependência externa.

É totalmente inaceitável o projeto de rolagem ora em curso. E é, por isto, indisculpável a falta de reação da chamada Aliança Democrática.

O novo Brasil, temperado nas últimas campanhas cívicas, não mais será ludibriado. Não continuará a trabalhar em vão e não se jungirá a tratados, celebrações à sua revelia, que ferem sua dignidade e matam sua esperança.

Tudo o que se assinar agora em Nova York será, em breve, revogado pelo clamor dos que amam o País. Ou não estamos fundando uma Nova República